



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL) DE 03/10/2023

BREVES COMUNICAÇÕES

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado participou de ato com o Governador do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues, o Ministro-Chefe da Casa Civil, Rui Costa, e o Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, para tratar do projeto de irrigação do Vale do Luiú. Expressou sua gratidão à ex-Presidenta Dilma e ao Senador Jaques Wagner, cujos esforços resultaram na construção da Adutora do Algodão, um marco para mais de 400 mil pessoas na região de Guanambi. Agradeceu à determinação de várias lideranças políticas pelo reconhecimento da importância da irrigação do Vale do Luiú como a principal fonte de desenvolvimento econômico e empregos para a região, evidenciando a esperança e a celebração compartilhadas por muitas comunidades locais. O orador manifestou seu regozijo com o tema e esclareceu que a irrigação do Vale do Luiú alcançará até 80 mil hectares.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado discorreu sobre as eleições para conselheiros tutelares e sobre o transcurso do Dia do Idoso. Ressaltou a preocupação com a situação social dos idosos no Brasil destacou dados do serviço Disque 100, que registrou mais de 47 mil denúncias de maus-tratos e negligência em apenas seis meses de 2023. Ressaltou que esse número subestima a verdadeira extensão do problema, já que muitos idosos não conseguem denunciar devido ao baixo nível de instrução escolar, a fragilidade física ou o medo de perder a família. Parabenizou os idosos, elogiando a alegria trazida pelo amigo Rafael, que visita com frequência o seu gabinete parlamentar. Também parabenizou todos os participantes do processo de escolha para conselheiros tutelares no Estado da Paraíba, enfatizando a importância de zelar pelos direitos das crianças e adolescentes. O orador instou os eleitos a cumprir a missão com diligência e cuidado.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado destacou a importância histórica da criação da PETROBRAS S.A, empresa pública essencial para o Brasil. Lembrou que foi criada por ato do Presidente Getúlio Vargas a partir da campanha *O Petróleo é Nosso*. Enfatizou que nos anos 40, 50 e 60, era intensa a cobiça estrangeira sobre o petróleo brasileiro, especialmente das empresas norte-americanas, e que houve tentativas de inviabilizar a criação da estatal, fato registrado na carta-testamento de Getúlio, em 1954. Afirmou que certas empresas são estratégicas para a soberania nacional e rejeitou a ideia do privatismo total, argumentando que a PETROBRAS continua fundamental para a soberania do País. Elogiou os esforços da PETROBRAS na transição para fontes de energia sustentáveis, como eólica e solar. Citou a Encíclica *Laudato Si'*, do Papa Francisco, que pede uma abordagem global para superar a crise climática. O orador reiterou seu apoio à PETROBRAS e seus trabalhadores, destacando a necessidade de uma gestão transparente, democrática e voltada para os interesses nacionais e do povo brasileiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado elogiou pronunciamento do Deputado Chico Alencar sobre a importância da PETROBRAS. Destacou a luta do escritor Monteiro Lobato para provar que havia petróleo em território nacional e a criação da campanha *O petróleo é nosso!*, que elevou a autoestima do brasileiro e ajudou os dirigentes do País a acreditar que era possível produzir petróleo para a economia local e até para exportação. Além disso, discorreu sobre os 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa, iniciativa exitosa dos legisladores e governantes do País para proteger as pessoas com mais de 60 anos. Enfatizou os desafios enfrentados pelos idosos devido à negligência familiar e institucional, incluindo casos de isolamento e abuso. Ressaltou a importância de políticas públicas que garantam emprego e dignidade na velhice, bem como melhorias no transporte público, considerando a crescente população idosa. O orador conclamou o Estado a tratar os idosos com cuidado e vigilância, reconhecendo a necessidade de medidas concretas para proteger seus direitos e bem-estar.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado discorreu sobre o lançamento da Frente Parlamentar Mista da Hotelaria Brasileira e destacou a importância do setor hoteleiro para a geração de empregos e renda no País. Enfatizou a importância de discutir projetos que impactam diretamente a hotelaria brasileira. Informou que o Ministro do Turismo, Celso Sabino, em sua fala na solenidade de lançamento, afirmou que só há turismo se houver rede hoteleira. Agradeceu aos representantes da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH pela participação no evento. O orador presidirá a Frente Parlamentar Mista da Hotelaria Brasileira por 2 anos.

Saulo Pedroso (PSD - SP) - O Deputado expressou sua gratidão por representar sua região, a Região Bragantina e o Circuito das Águas, no Parlamento. Agradeceu à sua família, especialmente à sua esposa, destacando seu papel fundamental em sua jornada política. Lembrou de seu pai, em memória. Agradeceu às filhas e mencionou a importância de estar próximo delas, mesmo com as responsabilidades parlamentares. Agradeceu ao seu partido, o PSD, e às lideranças políticas e comunitárias que o apoiaram, incluindo prefeitos e vereadores de várias cidades. Destacou seu compromisso em dar continuidade ao legado do ex-Deputado Roberto Santiago, a quem considera um grande mestre e amigo. O orador fez agradecimentos finais à população de Atibaia por tê-lo projetado na política e permitido representar a chamada Capital Nacional do Morango.

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado celebrou os primeiros meses do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, destacando os esforços para combater a pobreza, a desigualdade social e a fome. Ressaltou a recuperação da economia brasileira, com previsão de crescimento superior a 3% na comparação com 2022. Enfatizou as políticas públicas sociais implementadas pelo Governo, como a recomposição dos orçamentos das universidades e institutos federais, que visa oferecer educação pública e de qualidade para todos. Além disso, mencionou a luta contra o desmatamento e a mineração ilegal na Amazônia, refazendo a imagem do Brasil



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

como o País com o melhor ordenamento jurídico relativo à proteção ambiental. O orador destacou a retomada do protagonismo brasileiro e afirmou que a população apoia o Governo Lula.

Márcio Correa (MDB - GO) - O Deputado expressou sua preocupação com o que considera visão equivocada do Governo Federal em relação aos gastos públicos e restrições orçamentárias. Destacou notícia do jornal *Folha de S. Paulo* sobre o rombo fiscal dos últimos 8 meses, superior a 100 bilhões de reais. Criticou a falta de uma agenda governamental para controlar os gastos, ressaltando que o setor produtivo não suporta mais aumentos na carga tributária e que falta condições ao Governo para continuar emitindo títulos da dívida pública a juros de mercado. Apontou a inevitabilidade de se adotar medidas responsáveis, mesmo que impopulares. Criticou o excesso de uso do cartão corporativo pelo Presidente da República em momento de crise fiscal. O orador voltou a enfatizar a importância da responsabilidade com os gastos para garantir estabilidade econômica e melhor qualidade de vida para a população.

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado expressou sua perplexidade com a divergência de entendimentos entre o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à terceirização no Brasil. Mencionou casos em que o TST decidiu contra a legislação que estabeleceu a terceirização e contra decisões do STF, em repercussão geral, que reconhece relações de trabalho terceirizadas, sem vínculo empregatício. Em comparação à desobediência do TST às decisões do STF, mencionou a reiterada usurpação de competência do Congresso Nacional pela Corte, citando as questões do aborto, do tráfico de drogas, do marco temporal e da contribuição sindical. Nesse sentido, afirmou que o STF precisa respeitar o Parlamento para que seja respeitado pelos demais órgãos do Poder Judiciário.

Paulão (PT - AL) - O Deputado informou sobre mobilização em Brasília, com a participação de caravana de Alagoas, em celebração ao Dia Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Parabenizou o segmento e enfatizou sua importância para salvar vidas e fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS).

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado manifestou preocupação com iniciativas recentes do Parlamento relativas ao estabelecimento do fim do mandato vitalício de Ministros de tribunais superiores e à possibilidade de sustação de ações do Supremo Tribunal Federal (STF) que colidam com decisões do Legislativo. Considerou essa reação uma espécie de revanchismo e citou votação de projeto pelo Senado logo após uma decisão tomada pela Corte. Destacou que, antes de questionar as ações do STF, é necessário que o Congresso faça a sua parte, com a votação de propostas e a regulamentação de artigos da Constituição, que completa 35 anos de promulgação. O orador enfatizou que o Legislativo, especialmente a Câmara dos Deputados, deve assumir seu papel antes de criticar o chamado ativismo judicial.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Da Vitoria (PP - ES) - A Deputada registrou a presença no plenário do Prefeito Tiago Rocha, do Município de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo. A oradora reafirmou compromisso da bancada capixaba com as demandas de São Gabriel da Palha.

Alfredinho (PT - SP) - O Deputado criticou a política de privatização e terceirização implementada por governos de direita em São Paulo. Mencionou problemas causados pela terceirização de serviços como energia, transporte público e saneamento básico. Denunciou a má qualidade dos serviços prestados por empresas terceirizadas, destacando a situação precária do transporte público na cidade de São Paulo, com atrasos constantes e problemas recorrentes nas linhas de metrô e trens operadas por concessionárias privadas. Expressou solidariedade aos trabalhadores da SABESP e do metrô de São Paulo, que protestaram contra as políticas de terceirização do Governo Tarcísio de Freitas. Enfatizou a importância da organização sindical dos trabalhadores como uma ferramenta crucial para lutar contra a política de entrega do patrimônio público para a iniciativa privada. O orador, por fim, repudiou projetos que tramitam na Câmara Municipal de São Paulo e na Assembleia Legislativa de São Paulo que pretendem terceirizar a educação.

Silvia Cristina (PL - RO) - A Deputada agradeceu à empresa área LATAM por anunciar a retomada de voos e adicionar novas rotas para o Estado de Rondônia. Ressaltou que outras companhias aéreas, como Azul e Gol, no entanto, ainda não atendem adequadamente a demanda da população da Região Norte, especialmente rondoniense. Cobrou mais voos para as cidades de Cacoal, Ji-Paraná e Vilhena. Pediu às outras empresas que sigam o exemplo da LATAM. A oradora, por fim, registrou a presença na Casa da Prefeita Sheila e de vereadores do Município de Chupinguaia.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado expressou solidariedade e agradecimento aos trabalhadores da SABESP, do Metrô e da CPTM, em São Paulo, que deflagraram paralisação de 24 horas em defesa do patrimônio público e contra a tentativa do Governador do Estado de privatizar essas empresas, que são reconhecidas internacionalmente pela gestão dos seus funcionários. Alertou sobre os problemas frequentes nas linhas privatizadas do metrô e da CPTM e destacou que a venda só resulta em piora da qualidade do serviço e aumento dos custos para a população. O orador manifestou seu apoio aos trabalhadores em sua luta para garantir seus empregos e a qualidade dos serviços.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado registrou a presença na Casa dos Prefeitos Léo Coutinho e Netinho, respectivamente, dos Municípios de Porciúncula e de Laje do Muriaé, Estado do Rio de Janeiro. Informou que também recebeu o Prefeito de Miracema e de outras cidades da região noroeste fluminense.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Julio Lopes (PP - RJ) - Na condição de Presidente da Frente Parlamentar Nuclear, o Deputado comunicou à Casa sobre sua participação em evento da Agência Mundial de Energia Atômica, em Viena, Áustria, onde constatou o ressurgimento da energia nuclear no mundo. Destacou as novas tecnologias que reduziram o tamanho das usinas nucleares, aumentaram sua capacidade e diminuíram os custos. Mencionou a iniciativa da Microsoft em estudar reatores nucleares para alimentar centros de computação. Anunciou a elaboração de um novo programa nuclear para o Brasil, em homenagem ao Almirante Álvaro Alberto, que concebeu, na Presidência do CNPq, o programa nuclear brasileiro. Ressaltou a importância de se identificar meios e formas de securitizar os investimentos do País no setor através de contratos de exportação de urânio, que tem sido valorizado significativamente. O orador enfatizou a necessidade de garantir o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (RENUCLEAR) a fim de tornar a energia nuclear do País mais competitiva.

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - O Deputado celebrou os 70 anos da criação da PETROBRAS, em 3 de outubro de 1953, pelo então Presidente Getúlio Vargas. Destacou a importância da estatal no desenvolvimento do Brasil e mencionou a luta do povo brasileiro em prol dessa iniciativa governamental. Enfatizou o papel da PETROBRAS na exploração, refino e distribuição de petróleo e seus derivados. Ressaltou os desafios enfrentados pela empresa nos últimos anos devido a privatizações e desinvestimentos, mas expressou otimismo com a retomada dos investimentos e o compromisso do atual Governo em fortalecê-la. Manifestou expectativa de reestatização da refinaria Landulfo Alves, no Estado da Bahia. O orador elogiou os petroleiros por sua resistência contra a privatização e reafirmou a importância da PETROBRAS no processo de transição energética do Brasil.

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado comemorou a conquista de Santa Catarina como o melhor destino turístico do Brasil, premiado em 10 das 38 categorias do prêmio Melhor Estado para Fazer Turismo, promovido pela Editora Abril e Viagem e Turismo. Destacou a segurança do Estado, suas belas praias, a gastronomia italiana e alemã, além de festas tradicionais como a Oktoberfest em Blumenau e o Festival de Dança de Joinville. Sublinhou a importância do turismo para a economia catarinense, contribuindo com 15% do PIB estadual, gerando empregos, estimulando o comércio local, promovendo o empreendedorismo e atraindo investimentos. Enfatizou a necessidade de reconhecer e apoiar o setor turístico para fortalecer a economia e beneficiar toda a população de Santa Catarina.

Luisa Canziani (PSD - PR) - A Deputada anunciou a abertura das inscrições para o novo curso de Ciência de Dados e Inteligência Artificial na Universidade Estadual de Londrina (UEL) para o vestibular de 2024, atendendo aos anseios da juventude paranaense. Agradeceu ao Governador Ratinho, ao Secretário Aldo e à Profa. Marta, Reitora da UEL, pelo empenho na oferta do curso, destacando a qualidade do ensino oferecido pela universidade. Além disso, comemorou a aprovação na Comissão de Finanças e Tributação de projeto de lei que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

institui a Política Nacional de Cuidados Paliativos. A oradora ressaltou a importância desses cuidados para proporcionar mais dignidade aos pacientes e manifestou expectativa de aprovação da matéria pela Casa, com a demonstração de compromisso com os cuidados paliativos, especialmente com a humanização da saúde.

Adail Filho (REPUBLICANOS - AM) - O Deputado constatou em visita a Municípios do Estado do Amazonas os graves efeitos da estiagem e das queimadas. Relatou que espécies da fauna e da flora do bioma estão sofrendo e morrendo e que milhões de pessoas estão sendo prejudicadas com o fenômeno climático. Questionou a falta de investimentos públicos e do apoio das ONGs financiadas para proteger a Amazônia. Informou que a bancada amazonense tem compromisso em amenizar o sofrimento da população do Estado. O orador fez apelo ao Governo Federal para que forneça ajuda humanitária para aliviar o sofrimento do povo do Amazonas diante dessa catástrofe.

Saullo Vianna (UNIÃO - AM) - O Deputado abordou a grave situação enfrentada pelo Estado do Amazonas devido à seca dos rios. Informou que a bancada federal e diversos prefeitos estiveram no Ministério do Desenvolvimento Regional para solicitar apoio e ajuda humanitária. Destacou que várias comunidades estão isoladas, algumas sem acesso a alimentos e água potável, especialmente nas zonas rurais. Mencionou tragédia que ocorreu na comunidade do Arumã, no Município de Beruri, onde houve um deslizamento de terra, resultando na perda de mais de 47 casas e no falecimento de duas pessoas, com três ainda desaparecidas. Enfatizou a necessidade urgente de apoio do Governo Federal para lidar com essa situação crítica. Anunciou que solicitaria aos parlamentares do Amazonas a destinação de emenda de bancada para reconstruir a comunidade do Arumã em uma área segura. O orador pediu solidariedade e ação imediata para reduzir os impactos da seca dos rios na vida das comunidades ribeirinhas do Amazonas.

David Soares (UNIÃO - SP) - O Deputado expressou sua oposição ao projeto de lei que visa privatizar a SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), em pauta na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Argumentou contra a privatização da água, apontando para exemplos de empresas privatizadas na Alemanha e nos Estados Unidos que foram reestatizadas por não conseguirem oferecer serviços de qualidade. O orador ressaltou a seriedade e a complexidade do fornecimento de água e pediu aos deputados estaduais que votassem contra a privatização da SABESP.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado concordou com pronunciamento do Deputado David Soares, manifestando indignação e repúdio contra a proposta do Governador do Estado de São Paulo de privatizar a SABESP. Enfatizou a capacidade da estatal de investir no abastecimento de água e no saneamento. Argumentou que a privatização resultaria em contas de água mais altas para a população e dificultaria o acesso ao serviço, especialmente para os mais pobres. Expressou seu apoio aos trabalhadores da SABESP e de outras empresas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

estatais que estão lutando contra a privatização, e destacou a importância de defender o patrimônio público e os serviços para toda a população. Além disso, informou sobre ato de vandalismo ocorrido em seu escritório em Guarulhos, com indício de motivação política. O orador agradeceu à polícia pelo suporte e assegurou que o escritório de Guarulhos seria reaberto para servir à comunidade.

José Nelto (PP - GO) - O Deputado informou sobre a realização de mais uma marcha de prefeitos a Brasília para cobrar do Governo Federal e do Parlamento, especialmente do Senado Federal, verbas, ações e projetos em prol dos municípios brasileiros. Enfatizou a necessidade do Governo Federal de aumentar o repasse do FPM e de apresentar propostas ao Congresso Nacional que visem à melhoria da arrecadação, para que os prefeitos possam oferecer os serviços essenciais à população. O orador expressou preocupação com a possibilidade de os gestores municipais ficarem inelegíveis, por descumprimento da Lei de Proibição Administrativa, e reiterou a necessidade de uma lei que auxilie financeiramente as prefeituras, que estariam sucateadas.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado enfatizou o compromisso do Presidente Lula em garantir que nenhum Município receba menos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) do que recebeu em 2022, além de compensar as perdas dos estados com o ICMS e dos municípios com o FPM. Em seguida, manifestou solidariedade ao Deputado Alencar Santana em face de ataque ao seu escritório em Guarulhos, pedindo uma investigação rigorosa e punição dos responsáveis. Também celebrou a criação histórica de 43,8 milhões de empregos formais em agosto de 2023 e ressaltou a força do Governo em melhorar a vida das famílias brasileiras. O orador informou que o Presidente da República se recuperava de uma cirurgia delicada, que foi bem-sucedida, e manifestou desejo de que Lula logo volte a atuar em defesa da maioria do povo brasileiro.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado discorreu em defesa da aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Informou que a matéria aguarda a apreciação pelo Plenário da Casa e apelou ao Presidente Arthur Lira e aos líderes das bancadas que incluam na pauta a chamada PEC das 40 horas semanais. O orador enfatizou que a redução da jornada de trabalho não implica na redução salarial e que as empresas, com essa medida, ganharão mais, inclusive em produtividade, uma vez que os trabalhadores estarão satisfeitos por serem respeitados e reconhecidos.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado compartilhou dados de um levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas, IPEA e Banco Mundial, que revelaram que 3 milhões de beneficiários do Bolsa Família saíram da pobreza em 2023. Destacou que, em janeiro, 4,5 milhões eram consideradas pobres, caindo para 1,5 milhão em setembro. Informou também que o Governo Lula zerou a dívida do programa Minha Casa, Minha Vida para quem recebe Bolsa Família ou o Benefício de Prestação Continuada - BPC. Enfatizou que essas informações refutam duas falsas narrativas: que o Bolsa Família é eleitoreiro e mantém as pessoas para sempre na pobreza;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

que o Presidente Lula obrigaria as pessoas a dividirem suas casas. Afirmou que o Bolsa Família, ao contrário do Auxílio Brasil do Governo Bolsonaro, é completamente emancipatório. Expressou a necessidade de o Parlamento aprovar o projeto de lei de combate às *fake news*. O orador, por fim, desejou pronta recuperação pós-cirurgia ao Presidente Lula.

Paulo Magalhães (PSD - BA) - O Deputado destacou a visita do Presidente Lula à Bahia e do Ministro-Chefe da Casa Civil, Rui Costa, para o lançamento de etapa do PAC, com a previsão de investimentos em importantes obras em todo o Brasil. Manifestou confiança na gestão do Presidente da República, mas expressou sua decepção com a demora na liberação de emendas e nomeações, afirmando que os Deputados estão cansados de promessas. O orador enfatizou o compromisso do PSD com o Governo Lula e cobrou do Ministro Alexandre Padilha tratamento digno aos parlamentares aliados.

Murilo Galdino (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado parabenizou o Prefeito Adelson pelo êxito na gestão do Município de Areial, Estado da Paraíba. Saudou a Secretária de Saúde da municipalidade, Camila Alves. Elogiou o trabalho da Deputada Estadual Sílvia Benjamin, do Republicanos da Paraíba, que está no primeiro mandato.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado comemorou os 70 anos da PETROBRAS, destacando sua relevância para o desenvolvimento do Brasil. Salientou a contribuição dos trabalhadores da empresa na consolidação da PETROBRAS como uma das maiores empresas de petróleo do mundo. O Parlamentar também elogiou a gestão do Presidente Jean Paul por fortalecer a empresa e garantir empregos e soberania nacional. Finalizou parabenizando todos os petroleiros do País.

José Nelto (PP - GO) - O Deputado abordou a questão das privatizações no setor energético de Goiás, criticando fortemente a atuação da Enel, empresa responsável pela distribuição de energia no Estado, sucessora da CELG, que foi privatizada. Segundo o Parlamentar, a Enel deteriorou o serviço, prejudicando consumidores e o setor produtivo. Disse que denunciou um Projeto de Lei Complementar que visava estender a concessão da Enel por mais cinco anos. Também criticou a venda da Enel para a Equatorial, afirmando que a situação piorou e que a transação foi irregular, pois não houve aditivo da ANEEL. Anunciou que convocará uma reunião na Comissão de Defesa do Consumidor, envolvendo várias entidades e o Governo Estadual, para discutir a crise energética em Goiás.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada parabenizou as diretoras de cinema Lô Politi e Dandara Ferreira pelo filme *Meu Nome é Gal*, destacando o papel da cantora Gal Costa no movimento tropicalista. Expressou otimismo de que o filme ajudará a aprovar a cota de tela para o cinema nacional. Também comentou pesquisa que mostra a aprovação de 55% dos brasileiros ao Presidente Lula, contrastando com números negativos da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

gestão anterior. Ressaltou melhorias econômicas, como a redução do desemprego e a estabilidade da inflação. Finalizou afirmando que os números positivos na geração de empregos na Bahia e no Brasil são motivos para comemoração, pois representam progresso e desenvolvimento para o País.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado celebrou os 35 anos da Constituição Brasileira e os 70 anos da PETROBRAS, considerando ambos patrimônios fundamentais do País. Criticou o Governo anterior por suas ações contra a PETROBRAS e o desrespeito à Constituição. Comemorou a recuperação da empresa e o retorno ao respeito constitucional após a mudança de governo, destacando que agora há muito a celebrar.

Marussa Boldrin (MDB - GO) - A Deputada expressou sua tristeza e indignação com o caso de estupro e assassinato de uma jovem em Rio Verde, seu Município em Goiás. A Parlamentar, que também é mãe, manifestou sua solidariedade à família da vítima e fez um apelo para que a justiça prevaleça. Destacou que o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking de países que mais matam mulheres e enfatizou a urgência de não banalizar essa realidade. Ao final, parabenizou as forças de segurança de Rio Verde e do Estado de Goiás pela rapidez na condução do caso, assegurando que o responsável será punido.

Marx Beltrão (PP - AL) - O Deputado celebrou o anúncio do Ministro dos Transportes Renan Filho sobre o edital de licitação para a construção da ponte entre Penedo e Neópolis, em Alagoas. O Parlamentar, que é o Deputado Federal mais votado da região sul do Estado, enfatizou a importância da obra para as cidades locais e reconheceu os esforços do ex-Prefeito Marcius Beltrão no projeto. Ao final, expressou esperança de que as obras comecem em breve.

Marco Brasil (PP - PR) - O Deputado expressou satisfação em receber o Deputado Estadual Batatinha na Câmara dos Deputados. Elogiou Batatinha por seu trabalho na mídia e na Assembleia Legislativa, especialmente em benefício da população de Cascavel (PR).

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado comemorou decisão recente do Governo do Presidente Lula que isenta famílias beneficiárias do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada de obrigações financeiras relacionadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida. Disse que essa medida tem um grande alcance social e é especialmente significativa para o Nordeste e para o seu Estado, o Piauí. Destacou ainda que a iniciativa contribui para a redução do déficit habitacional no Brasil e ressaltou a importância de programas habitacionais para as famílias mais pobres.

Silas Câmara (REPUBLICANOS - AM) - O Deputado alertou sobre a grave situação no Amazonas, que enfrenta sua maior seca e um número recorde de queimadas. Enfatizou o impacto sobre a população e a economia local,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

e pediu ao Governo Federal a liberação de recursos para ajuda humanitária. O Parlamentar reafirmou seu compromisso com o bem-estar da população do Estado.

Dr. Francisco (PT - PI) - O Deputado destacou o início do *Outubro Rosa*, campanha de conscientização sobre a prevenção do câncer de mama. Enfatizou a importância da detecção precoce através da mamografia e incentivou as mulheres a realizarem o exame. Além disso, elogiou uma recente iniciativa do Presidente Lula que facilita o acesso à moradia para famílias de baixa renda, isentando beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada de débitos futuros no Programa Minha Casa, Minha Vida. O Parlamentar expressou seu entusiasmo com a medida.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado agradeceu e elogiou o Governador Carlos Brandão do Maranhão por sua habilidade em articulação política e busca de recursos federais para o Estado. Destacou projeto recente que visa reduzir as filas na área da saúde em São Luís, especificamente um programa de consultas oftalmológicas gratuitas. Mesmo com a recusa do Prefeito de São Luís em aceitar auxílio, o Parlamentar afirmou que a prioridade é a população e que o programa, financiado por emendas federais e executado pelo Governo Estadual, continuará nos próximos finais de semana e no próximo ano. Na oportunidade, reforçou que o foco deve ser em ações concretas para beneficiar a população, em vez de disputas políticas.

Márcio Correa (MDB - GO) - O Deputado protocolou o Projeto de Lei nº 4.784/2023 para estabelecer regras rígidas na contratação de organizações sociais da área da saúde pelo Poder Público. Inspirado em uma iniciativa bem-sucedida do Governador Ronaldo Caiado de Goiás, o projeto visa combater irregularidades e desvios de dinheiro público identificados em relatório de auditoria recente do Tribunal de Contas da União. O objetivo é aumentar a eficiência e reduzir a corrupção nos serviços de saúde.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado saudou a abordagem participativa adotada pelo Presidente Lula na elaboração do Plano Plurianual (PPA), formulado com consultas públicas e digitais, e que visa ao desenvolvimento econômico-social sustentável. O Parlamentar destaca que o PPA guia as leis orçamentárias (LDO e LOA) e é passo significativo para o desenvolvimento integrado do Brasil.

Natália Bonavides (PT - RN) - A Deputada Bonavides destacou iniciativa do Governo do Rio Grande do Norte que permitirá a todos os hospitais estaduais comprar diretamente da agricultura familiar. O programa, que envolve 11 cooperativas e associações rurais, fornecerá alimentos orgânicos para servidores e pacientes, fortalecendo a agricultura local. A Parlamentar também mencionou evento da Vereadora Brisa, de Natal, que celebra os mil dias de seu mandato. Ressaltou ainda a realização de audiência pública na Câmara Municipal de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Natal, proposta pelo Vereador Daniel Valença, que discutirá projeto que enfraquece a educação pública ao retirar garantias de concurso público quando houver grande número de cargos não preenchidos de professores.

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - O Deputado celebrou os 35 anos da Constituição de 1988, destacando seu papel na consolidação da democracia brasileira após o período ditatorial. Ressaltou o amplo envolvimento da sociedade na elaboração do documento, que se tornou um marco de estabilidade institucional e democrática no País. Também mencionou os desafios atuais, como a efetivação dos direitos sociais e trabalhistas, a luta contra a discriminação racial e a violência, e a garantia de acesso universal à saúde e educação de qualidade. Enfatizou que, apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito para que os princípios da Constituição sejam plenamente realizados.

Leonardo Monteiro (PT - MG) - O Deputado celebrou a inclusão do leste de Minas Gerais na SUDENE, uma conquista legislativa que levou três mandatos para ser realizada. Destacou o papel fundamental de diversos parlamentares e do Senador Rodrigo Pacheco nesse processo. Como resultado dessa inclusão, o Governador de Minas Gerais anunciou a abertura de novas empresas na região, e o Banco do Nordeste firmou um convênio de cerca de 70 milhões de reais com a cooperativa de produtores de leite e laticínio da região. O Ministro do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, visitará Governador Valadares no dia 20 de outubro de 2023 para inaugurar uma agência do Banco do Nordeste, que também planeja abrir mais quatro agências na região. O Parlamentar enfatizou que essas ações são um passo significativo para saldar a dívida social que o Brasil tem com a região, que historicamente contribuiu para o PIB nacional.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado saudou a presença da Vereadora Liliana Linhares, única mulher na Câmara Municipal de Jardim (CE). Destacou a hospitalidade da cidade, que lhe concedeu o título de Cidadão Jardinense, e elogiou a Vereadora como uma defensora dos interesses da comunidade. O Parlamentar também mencionou o Encontro dos Jardinenses em São Paulo.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado anunciou audiência pública da Comissão Mista de Orçamentos para discutir o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, apresentado pelo Governo do Presidente Lula. O Plano prevê investimentos de 13,3 trilhões de reais nos próximos quatro anos e foi elaborado com ampla participação popular. Os Ministros Simone Tebet e Márcio Macêdo, que coordenaram audiências presenciais em 27 estados e consultas online (PPA Participativo), estarão presentes na audiência. Ressaltou ainda o Fórum Interconselhos que também participou da elaboração do PPA. O Parlamentar, que é o Relator do Plano no Congresso, explicou que o PPA foca em três eixos: desenvolvimento social, econômico e democracia. Na oportunidade, convidou seus pares e a sociedade a participarem do debate, destacando temas como emergências climáticas, fome, educação e saúde.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado expressou seu repúdio à fala do jornalista Octavio Guedes da *GloboNews*, que classificou a participação de cristãos evangélicos nas eleições de conselheiros tutelares como fundamentalista e perigosa, questionando por que outras categorias de conselheiros eleitos com o apoio de diferentes grupos não foram criticadas da mesma forma. O Parlamentar defendeu o direito dos cristãos evangélicos de participar do processo democrático e criticou o que considera um viés contra os conservadores quando se fala em Estado laico. Também reforçou a visão conservadora sobre questões de gênero e educação, afirmando que a escola ensina, mas quem educa são os pais.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado elogiou o trabalho do Vereador Sidney Bruce de Medicilândia, no Pará, e expressou seu orgulho pelo trabalho que ele vem realizando na região da Transamazônica.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada celebrou os 70 anos da PETROBRAS, destacando seu papel no desenvolvimento nacional, especialmente com a descoberta do pré-sal nos Governos Lula e Dilma. Criticou a mudança de direção da empresa após o impeachment de Dilma Rousseff, apontando a dolarização dos preços e a falta de investimento em desenvolvimento nacional. Também lamentou a perda da política de conteúdo nacional, que resultou em desemprego e importações caras. Defendeu a necessidade de recuperar os ativos privatizados e realinhar a PETROBRAS com uma agenda de desenvolvimento sustentável e transição energética. A Parlamentar concluiu afirmando que o novo comando da empresa já sinaliza uma mudança positiva e que o Legislativo deve contribuir para essa reconstrução.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado destacou a importância do recente processo de escolha de conselheiros tutelares em todo o Brasil e, em particular, no Maranhão. Enfatizou a necessidade de aprimorar democraticamente esse processo para garantir a efetiva participação da sociedade na proteção dos direitos da infância e da juventude. Também abordou os esforços para a criação de uma nova universidade federal no Maranhão, com sede em Imperatriz, e a ampliação dos institutos federais no Estado. Segundo o Parlamentar, essas iniciativas têm encontrado boa receptividade no Ministério da Educação e são fundamentais para fortalecer tanto o ensino técnico profissionalizante quanto o ensino superior na região.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado falou sobre situação envolvendo o concurso realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), referindo-se ao fato como *capacitismo institucional*. Relatou que, após a realização de concurso com 270 vagas para Analista Judiciário, o TST nomeou todos os candidatos da lista geral, sem esgotar a chamada de pessoas com deficiência (PcDs). Esse processo continuou, sendo que começaram a convocar os que optaram pelo final da lista, não priorizando as pessoas com deficiência. O Ministro Agra Belmonte, Presidente da Comissão de Acessibilidade do TST, deu parecer favorável no processo administrativo aberto pelo Coletivo PcD de aprovados no concurso, e evidenciou que apenas 3,26% são servidores com



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

deficiência. O MPF interveio com ação civil pública, mas o Judiciário não atendeu. O Parlamentar pede que o TST corrija essa ação, reforçando que se trata da garantia de direitos e não de um favor.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado manifestou-se sobre a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos Antidemocráticos, denominada *CPMI do Golpe*, cuja leitura do relatório final está prevista para 17 de outubro, e votação em 18 de outubro. Denunciou um clima antidemocrático no Governo de Jair Bolsonaro, citando múltiplos indícios, incluindo declarações e ações que insinuavam tentativas de golpe. Lembrou acontecimentos em 7 de Setembro de 2021 e 2022, e o contexto pós-eleição de Lula. Segundo o orador, após a vitória de Lula, houve bloqueios de estradas e movimentos golpistas e, no dia da diplomação de Lula, aconteceram tumultos em Brasília. Mencionou ainda tentativa de atentado terrorista no Aeroporto de Brasília e a contratação de um *hacker* para fingir que existiam urnas falsificadas. Para o Parlamentar, o relatório da CPMI deve concluir pelo indiciamento daqueles envolvidos. Concluiu defendendo a democracia e afirmando que Bolsonaro deve ser responsabilizado por suas ações.

Renildo Calheiros (PCdoB - PE) - O Deputado celebrou os 70 anos da PETROBRAS, ressaltando a relevância da empresa para o Brasil e sua posição como uma das líderes mundiais em energia. Lembrou que a criação da PETROBRAS decorreu de uma vasta campanha popular, considerada por muitos como a maior campanha cívico-patriótica do País, resultando na decisão do Governo de Getúlio Vargas de fundar a empresa. O Parlamentar enfatizou a importância do monopólio estatal do petróleo, que permitiu o desenvolvimento e a inovação da PETROBRAS, tornando-a líder mundial em extração de petróleo em águas profundas. Criticou a política de preços adotada durante o Governo Bolsonaro, alinhada à paridade do dólar, afirmando que prejudicou a economia brasileira. Por fim, destacou a retomada de investimentos da PETROBRAS sob a gestão do Presidente Lula, citando especificamente um aporte de mais de 6 bilhões de reais na Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Encerrou parabenizando Lula pelo compromisso em revitalizar a empresa.

Defensor Stélio Dener (REPUBLICANOS - RR) - O Deputado abordou a preocupação crescente com a intensa estiagem e as altas temperaturas, principalmente na Região Norte do Brasil. Destacou o impacto desse fenômeno climático, ao citar as consequências devastadoras para a fauna, exemplificando com a morte de centenas de botos no Amazonas e Pará. Alertou sobre os riscos iminentes para comunidades, vilas e vilarejos, reforçando a urgência de um plano de contingência por parte do Governo Federal em colaboração com os governos estaduais. Com base em projeções meteorológicas, mencionou a possibilidade de mortes devido à falta de água e ao calor extremo até dezembro. Reportou temperaturas de 41 graus enfrentadas em Boa Vista (RR) e pediu a divulgação de sua fala nos meios de comunicação da Casa para sensibilizar o Governo Federal a agir prontamente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Ivoneide Caetano (PT - BA) - A Deputada celebrou a decisão do Presidente Lula de enviar 46 médicos para Camaçari (BA) pelo Programa Mais Médicos. Mencionou repasse de 82 milhões para a saúde do Município, mas expressou preocupação com a gestão da saúde local, que conta com apenas uma UPA para mais de 300 mil habitantes. A Parlamentar reafirmou seu compromisso com Camaçari e parabenizou o Presidente Lula e o povo da Bahia.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado agradeceu ao Governo Federal pelo reforço da Força Nacional e pela verba destinada a novos presídios no Rio de Janeiro. Contudo, ele relacionou a segurança pública com a precária situação da educação no Estado, que ocupa posições baixas em rankings educacionais. Citando Darcy Ribeiro, enfatizou a importância de investir em educação para prevenir problemas futuros, defendendo que segurança e educação devem caminhar juntas.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada manifestou apoio aos trabalhadores do metrô, da CPTM, da SABESP e aos estudantes da Universidade de São Paulo, que entraram em greve contra o projeto de privatização proposto pelo Governador Tarcísio de Freitas. Falou que a greve, que impacta significativamente a cidade de São Paulo, poderia ter sido evitada caso o Governador tivesse aceitado a proposta de liberar as catracas do metrô, lembrando a eficiência do sistema durante as eleições com catracas abertas. A Parlamentar criticou a privatização, destacando falhas frequentes na linha privatizada do metrô e ressaltou os benefícios de empresas estatais lucrativas, como a SABESP, que fazem uso da lógica do subsídio cruzado, utilizando parte dos recursos arrecadados numa cidade maior em investimentos em outra de menor porte. Fez referência a mais de 180 cidades no mundo que reestatizaram seus serviços de saneamento devido à ineficiência após privatizações. Por fim, defendeu a realização de um plebiscito sobre as privatizações no Estado de São Paulo e apoiou as reivindicações dos estudantes da USP.

Carol Dartora (PT - PR) - A Deputada parabenizou os eleitos para o Conselho Tutelar no dia 1º de outubro, destacando a importância desse órgão na proteção das crianças e adolescentes, conforme orienta o ECA, destacando que em Curitiba (PR) foram eleitos 50 novos conselheiros para o período de 2024 a 2027. A Parlamentar celebrou especialmente a eleição de conselheiros progressistas ressaltando o compromisso desses profissionais com uma sociedade inclusiva e plural, e sua atuação contra discriminações e violências. Além disso, comemorou os 35 anos da Constituição Federal, a "Constituição Cidadã", reforçando a necessidade de efetivação de seus preceitos para consolidar os direitos fundamentais dos brasileiros.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado homenageou Leonel Brizola, destacando-o como a última grande liderança popular eleita no Estado do Rio de Janeiro. Expressou esperança para as próximas eleições no Rio, almejando uma liderança corajosa que combata ações das máfias, principalmente em relação à CEDAE e à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

privatização da água. Abordou a tentativa atual de transferir a regional da CEDAE de Miracema para Itaperuna, reconhecendo o esforço do Presidente do PSOL no Município, André Camacho, e dos trabalhadores da CEDAE em impedir tal mudança. O Parlamentar defendeu a retomada do caráter público da CEDAE, rejeitando a comercialização da água. Finalizou exaltando Leonel Brizola, a luta dos trabalhadores e criticando o atual Governador do Rio.

Léo Prates (PDT - BA) - O Deputado expressou preocupação com a privatização da água, mencionando que municípios maiores financiam os menores. Destacou os problemas do modelo de privatização usado no setor elétrico e teme que o mesmo ocorra com a água.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado relatou sobre suas recentes atividades no Espírito Santo, especificamente na região do Caparaó, junto ao Governador Renato Casagrande. Foram visitados os municípios de Ibitirama, Lúna e Irupí. Em Ibitirama, inauguraram um campo e uma ponte, além de iniciar diversas outras obras, como a construção do CREAS e uma Unidade Básica de Saúde. Em Lúna, foi inaugurada uma delegacia e anunciada a destinação de emendas parlamentares para saúde e infraestrutura. Em Irupí, foi anunciada a duplicação da ES-379, com investimento de 89 milhões de reais. O Parlamentar destacou o compromisso do Governador e dele próprio com a região do Caparaó, ressaltando os investimentos significativos para melhorias na área

Marcon (PT - RS) - O Deputado destacou reunião com o Ministro da Pesca e Aquicultura André de Paula, focada nos pescadores das regiões da Lagoa dos Patos, Lagoa Mirim e Rio Guaíba, afetados pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Relatou pedidos feitos ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, buscando benefícios como seguro-defeso, cestas básicas e moradia. Além disso, ressaltou a solicitação de recursos de fomento ao MDS para os pescadores, provenientes do BNDES, com condições favoráveis. O Parlamentar mencionou ainda a presença na reunião do Deputado Alexandre Lindenmeyer.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado questionou o papel de um parlamentar socialista no contexto atual e destacou a importância da mobilização e organização fora do espaço institucional. Mencionou a influência do Prof. Alysso Mascaro e a ideia dos centros socialistas, espaços voltados para a disseminação de pensamentos e acolhimento, comparando aos centros culturais outrora existentes na Itália. Destacou ainda a importância da luta revolucionária da esquerda e a necessidade de estimular os processos de organização e de participação direta. Reforçou a postura do seu mandato, que promoveu emendas participativas, permitindo à população decidir sobre a alocação de recursos. Finalizou enaltecendo a luta socialista e a importância de não se acomodar diante dos desafios atuais



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Renildo Calheiros (PCdoB - PE) - O Deputado recordou a mobilização social que antecedeu a criação da Constituição Brasileira, que completará 35 anos no dia 5 de outubro. Evocou o clima político pós-ditadura militar, a campanha das *Diretas Já* e a eleição de Tancredo Neves, destacando que todo esse movimento culminou na Assembleia Nacional Constituinte de 1986, resultando na Constituição de 1988. O Parlamentar enfatizou a importância da Constituição para a democracia brasileira, mencionando a relevância das cláusulas pétreas estabelecidas. Além disso, homenageou figuras-chave daquele período, como o Deputado Ulysses Guimarães e o Presidente da República da época, José Sarney, ressaltando o papel deste último na transição democrática. Concluiu com um chamado à celebração da democracia e da Constituição, dada a história do Brasil marcada por períodos de autoritarismo.

Léo Prates (PDT - BA) - O Deputado criticou a deterioração da malha aérea brasileira e a decisão de algumas companhias aéreas de cobrar passagens para crianças de 2 a 12 anos. Na ocasião, destacou apresentação do Projeto de Lei nº 4.739/2023, de sua autoria, impedindo que pessoas com até 12 anos de idade incompletos paguem preço integral da passagem aérea. O Parlamentar pediu ainda a intervenção da ANAC e da Comissão de Viação e Transportes para fiscalizar e garantir a qualidade dos serviços aéreos, defendendo uma regulação mais eficaz no setor.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada expressou preocupação com os problemas enfrentados pelos servidores municipais de São Paulo ao tentar usar o Portal 156 para agendar consultas no Hospital do Servidor Público Municipal. Criticou a falta de disponibilidade de horários e a ineficácia do serviço. A Parlamentar destacou que, após cobrar a Prefeitura e não obter resposta, deu entrada em uma representação no Ministério Público, que a aceitou e abriu inquérito. Finalizou dizendo que, com a intervenção do Ministério Público, espera que o problema seja solucionado em breve.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado manifestou descontentamento com o Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que o STF tem desmoralizado a Câmara dos Deputados. Esclareceu que o movimento de obstrução na Câmara dos Deputados não é contra o Governo, nem contra o Presidente Arthur Lira, mas sim resposta às ações do STF. Pediu ainda união entre os deputados para enfrentar a situação e anunciou que a obstrução se estenderá à sessão do Congresso Nacional.

ORDEM DO DIA

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado apresentou questão de ordem, baseando-se no art. 80 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicitou a leitura da ata da sessão anterior, alegando ser um instrumento fundamental de transparência e registro. Argumentou que o procedimento não é apenas uma



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

formalidade, mas uma maneira de informar os parlamentares e o público sobre as deliberações e decisões tomadas. Ressaltou a importância de registrar em ata as atuações dos parlamentares, partidos e frentes parlamentares, principalmente em relação a obstruções.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado apresentou questão de ordem, baseando-se no art. 98 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e solicitando a publicação da ata da sessão de 27 de setembro de 2023 no Diário da Câmara dos Deputados. Observou que o registro da sessão em que a MP 1.177/23 foi aprovada não estava disponível. Enfatizou ainda que a publicação da ata é essencial para a transparência e que sua falta torna o próprio Diário da Câmara dos Deputados inútil.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de inversão da pauta da Ordem do Dia.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de inversão da pauta da Ordem do Dia. Na ocasião, o orador abordou a obstrução parlamentar em curso, afirmando que o ato não é um protesto contra a liderança da Câmara ou o Governo, mas uma resposta às interferências do Supremo Tribunal Federal na atividade legislativa, convocando seus colegas a apoiarem a obstrução para garantir as prerrogativas e a independência do Parlamento e equilibrar os Poderes.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado anunciou o Partido Novo estava em obstrução parlamentar.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado criticou a interferência do Supremo Tribunal Federal na atividade legislativa, chamando-a de insustentável, e defendeu a necessidade de diálogo entre as casas do Congresso Nacional para restabelecer o equilíbrio de poderes. O Parlamentar confirmou que estavam em obstrução como forma de pressionar por uma resposta do Congresso aos atos do STF.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada questionou a rejeição de seu requerimento para inversão de pauta, com base no artigo 163 do Regimento Interno. A Parlamentar argumentou que seu requerimento foi prejudicado indevidamente, uma vez que não havia outro com a mesma ou oposta finalidade já aprovado.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado levantou questão de ordem com base no artigo 100, § 3º, do Regimento Interno, que estabelece que nenhuma proposição pode conter matéria estranha ao enunciado na ementa. O Parlamentar expressou surpresa quanto às modificações feitas na ementa do Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que trata do marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

João Maia (PL - RN) - O Deputado proferiu Parecer às emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que trata do marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de adiamento da discussão, por uma sessão, das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que trata do marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado reiterou a estratégia de obstrução parlamentar e criticou o Supremo Tribunal Federal por usurpar competências e legislar em áreas que deveriam ser responsabilidade do Legislativo. Elogiou o Senador Rodrigo Pacheco por sua postura em relação à legalização das drogas e disse esperar ação similar sobre a questão do aborto.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado orientou a votação do requerimento de adiamento da discussão, por uma sessão, das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que trata do marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a votação do requerimento de adiamento da discussão, por uma sessão, das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que trata do marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País. Na ocasião, afirmou que Partido Novo estava em obstrução.

Carla Zambelli (PL - SP) - A Deputada declarou que a Minoria e a Frente Parlamentar da Agropecuária estavam em obstrução. Na ocasião, reforçou as críticas ao Supremo Tribunal Federal por interferir em competências legislativas e defendeu a propriedade produtiva privada. A Parlamentar também mencionou incidente de invasão à propriedade da família do Deputado Pedro Lupion.

Camila Jara (PT - MS) - A Deputada orientou a votação do requerimento de adiamento da discussão, por uma sessão, das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que trata do marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado criticou a interferência do Supremo Tribunal Federal no Congresso e expressou preocupação com a desvalorização do papel dos parlamentares. Afirmou que a Oposição está em obstrução para defender a integridade do Legislativo e destacou que o foco em cargos e emendas desvaloriza o mandato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu as emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que trata do marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País. Na ocasião, o orador criticou o processo legislativo acelerado para a discussão de um projeto importante, afirmando que a forma como o relatório foi apresentado na Câmara dos Deputados não permite um debate aprofundado. Além disso, manifestou sua oposição não apenas à interferência de outros Poderes, como o Supremo Tribunal Federal e o Poder Executivo, mas também ao próprio modo de operação da Câmara. Ressaltou que a obstrução da bancada do Partido Novo visa manifestar completa oposição a atividades ilegais e inconstitucionais de outros Poderes e ao rito inadequado adotado pelo Legislativo.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado discutiu as emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que trata do marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada discutiu as emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que trata do marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu as emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que trata do marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País.

Altineu Côrtes (PL - RJ) - O Deputado defendeu a obstrução parlamentar como um ato em defesa da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, e não como uma ação contra o Governo. Questionou se, um ano após as eleições, os eleitores ainda se sentem representados pelos votos dados na Câmara. Pediu diálogo mais estreito entre os Poderes, criticando a tomada de decisões pelo Supremo Tribunal Federal em questões como aborto e descriminalização das drogas. O Parlamentar fez apelo ao Presidente da Câmara, Arthur Lira, para liderar um movimento de diálogo com o Supremo e o Senado. Reiterou que a independência do Congresso é crucial e instou os parlamentares a defenderem a democracia e o povo brasileiro.

Guilherme Boulos (PSOL - SP) - O Deputado expressou sua preocupação inicial com o projeto Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que trata do marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, especialmente no que tange ao fim da impenhorabilidade do bem único, como a casa de uma família. Segundo o Parlamentar, tal medida permitiria aos bancos tomar o imóvel de uma pessoa por conta de uma dívida, impactando diretamente o bem-estar das famílias. Na oportunidade, criticou os que acusam movimentos sociais de tomar casas, apontando que essa prática é mais comum entre os bancos em países como os Estados Unidos. No entanto, celebrou a decisão do Relator em acatar emenda proposta pelo Senado que mantém a impenhorabilidade, considerando isso avanço importante no processo legislativo brasileiro e uma garantia para o povo não perder suas casas para os bancos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado levantou questão de ordem, apontando incongruência no Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que trata do marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, visto que a Emenda nº 37 inclui matéria não relacionada, que trata da atuação de tabeliães como mediadores e árbitros. O Parlamentar argumentou que essa emenda não tem relação com o foco do projeto, que é estabelecer garantias, métodos, financiamentos e alíquotas. Afirmou ainda que a inclusão dessa matéria prejudica a deliberação do Projeto e estatiza um sistema atualmente privado. Diante disso, solicitou a exclusão da emenda com base no artigo 111 do Regimento Interno da Câmara, pedindo que a matéria seja discutida separadamente em momento posterior.

Carla Zambelli (PL - SP) - A Deputada se dirigiu especialmente aos estagiários presentes no Plenário, abordando uma série de temas como a Constituição, democracia, e as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). Na ocasião, criticou o STF por tentar alterar decisões do Congresso, particularmente em assuntos como propriedade privada e aborto. Denunciou ainda tentativas de descriminalização das drogas e alertou sobre os perigos dessas medidas para a nova geração. A Parlamentar lamentou o déficit do Governo Federal e os cortes propostos para a saúde. Também mencionou uma invasão de propriedade que ocorreu recentemente como um exemplo dos riscos que podem surgir caso determinadas pautas avancem. Falou ainda sobre a greve dos funcionários do metrô em São Paulo, criticando partidos políticos e figuras públicas que a apoiam. Concluiu pedindo aos estagiários que observem atentamente o momento político, considerando-o histórico e crucial para o futuro do País, e reforçou que o Congresso está tentando barrar medidas que considera prejudiciais, sendo promovidas por outros poderes.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu as emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que trata do marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado insistiu em sua questão de ordem sobre a Emenda nº 37 ao Projeto de Lei 4.188, de 2021, que trata do marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, visto que, na sua opinião, a emenda trata de assuntos não relacionados ao tema central do projeto, violando assim o art. 125 e o § 3º do art. 111 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O Parlamentar argumentou que seus questionamentos são oportunos, considerando que o projeto está em fase de discussão, e que esse seria o momento adequado para levantar tal questão. Dessa forma, solicitou a exclusão da emenda, enfatizando que ela aborda temas como mediação e arbitragem, que não têm relação com o tema principal do projeto, que é sobre garantias, sistema bancário e financiamentos.

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado expressou satisfação com a obstrução da Oposição, visando proteger as prerrogativas parlamentares frente a decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), como a possível



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

legalização do aborto. Destacou que o Parlamento é o espaço legítimo para decisões sobre questões fundamentais e criticou o STF por interferir em matérias como propriedade privada e imposto sindical. O Parlamentar também atacou o Governo Lula, acusando-o de taxar os mais pobres, em vez de os super-ricos. Mencionou a necessidade de acabar com o foro privilegiado e sugeriu a limitação do mandato para Ministros do STF. Além disso, falou sobre a greve do metrô em São Paulo, criticando sua motivação política e o impacto negativo sobre os trabalhadores. Anunciou a coleta de assinaturas para instalar a CPI do Crack e defendeu a internação compulsória de viciados. Concluiu seu discurso dirigindo-se aos jovens, afirmando que são eles que realizarão o sonho de um Brasil mais desenvolvido, enquanto ele e outros parlamentares atuais apenas pavimentam o caminho.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado discutiu as Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado discutiu as Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado discutiu as Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País.

Lucio Mosquini (MDB - RO) - O Deputado discutiu as Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País.

Carla Zambelli (PL - SP) - A Deputada formulou questão de ordem sobre a necessidade de cumprimento pela Presidência de dispositivos regimentais relativos à organização da pauta com base na agenda mensal, a ser publicada no Diário da Câmara dos Deputados e distribuída em avulsos até a semana precedente à da sessão respectiva.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado esclareceu a Deputado governista sobre a obstrução das votações pela Oposição. Em seguida, encaminhou a votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado fez esclarecimentos sobre a obstrução das votações pela Oposição, em protesto contra a invasão da competência legislativa do Congresso Nacional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Mencionou decisões e julgamentos da Corte que demonstram a usurpação reiterada de competência: a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

equiparação da homofobia ao racismo, a reintrodução do imposto sindical, a descriminalização do aborto e das drogas. Afirmou que obstrução visa proteger a independência do Congresso Nacional e provocar uma reação diante das intromissões do STF. Enfatizou que os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal devem dialogar e defender o Parlamento. Sugeriu que, diante da falta de diálogo, é preciso repensar o papel do STF para que deixe de violar a independência e a harmonia entre os Poderes da República, evitando-se novos abusos.

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País.

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado criticou a Emenda nº 34, aprovada pelo Relator da matéria em votação, por beneficiar estrangeiros que investem no País em detrimento dos investidores brasileiros. Esclareceu que o Partido NOVO defende a isonomia na concessão de benefício fiscal.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado defendeu que haja reação imediata do Congresso Nacional para resgatar a independência entre os Poderes da República e as prerrogativas do Parlamento violadas pelo Supremo Tribunal Federal. Em razão disso, solicitou aos Deputados que não registrassem presença na sessão do dia seguinte, declarando-se em obstrução.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 41, 42 - exceto o § 7º do artigo 37 da Lei nº 9.492, de 1997 -, 43, 44, 45, 46, 49 e 50 ao Projeto de Lei nº 4.188, de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 41, 42 - exceto o § 7º do artigo 37 da Lei nº 9.492, de 1997 -, 43, 44, 45, 46, 49 e 50 ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.

Guilherme Boulos (PSOL - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 41, 42 - exceto o § 7º do artigo 37 da Lei nº 9.492, de 1997 -, 43, 44, 45, 46, 49 e 50 ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado formulou questão de ordem para que a Presidência concedesse a palavra para o encaminhamento da votação da matéria em conjunto com a orientação da respectiva bancada.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 41, 42 - exceto o § 7º do artigo 37 da Lei nº 9.492, de 1997 -, 43, 44, 45, 46, 49 e 50 ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 41, 42 - exceto o § 7º do artigo 37 da Lei nº 9.492, de 1997 -, 43, 44, 45, 46, 49 e 50 ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 41, 42 - exceto o § 7º do artigo 37 da Lei nº 9.492, de 1997 -, 43, 44, 45, 46, 49 e 50 ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado anunciou a apresentação de projeto de lei que visa enfrentar as calamidades causadas por fatores climáticos. Pediu o apoio das bancadas e solicitou a aprovação de requerimento de apreciação em regime de urgência da matéria, para minimizar o sofrimento das populações afetadas por calamidades climáticas, caso do Estado do Rio Grande do Sul.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 4, 9, 10, 15, 24, 25, 28, 29, 35, 38, 42 - apenas o § 7º do artigo 37 da Lei nº 9.492, de 1997 - e 47 ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

Guilherme Boulos (PSOL - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 4, 9, 10, 15, 24, 25, 28, 29, 35, 38, 42 - apenas o § 7º do artigo 37 da Lei nº 9.492, de 1997 - e 47 ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 4, 9, 10, 15, 24, 25, 28, 29, 35, 38, 42 - apenas o § 7º do artigo 37 da Lei nº 9.492, de 1997 - e 47 ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

Abilio Brunini (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 4, 9, 10, 15, 24, 25, 28, 29, 35, 38, 42 - apenas o § 7º do artigo 37 da Lei nº 9.492, de 1997 - e 47 ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

Gilvan da Federal (PL - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 4, 9, 10, 15, 24, 25, 28, 29, 35, 38, 42 - apenas o § 7º do artigo 37 da Lei nº 9.492, de 1997 - e 47 ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 4, 9, 10, 15, 24, 25, 28, 29, 35, 38, 42 - apenas o § 7º do artigo 37 da Lei nº 9.492, de 1997 - e 47 ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 4, 9, 10, 15, 24, 25, 28, 29, 35, 38, 42 - apenas o § 7º do artigo 37 da Lei nº 9.492, de 1997 - e 47 ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

Mendonça Filho (UNIÃO - PE) - O Deputado enfatizou a importância de se fazer uma reflexão sobre a usurpação de competência do Parlamento pelo Supremo Tribunal Federal, como no julgamento de temas relacionados às drogas e ao aborto. Em seguida, protestou contra a tentativa do Governo do PT de reduzir em 20 bilhões de reais os recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) em ações apresentadas ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao STF.

Osmar Terra (MDB - RS) - O Deputado registrou abstenção nas votações, acompanhando, simbolicamente, a obstrução. Manifestou sua inconformidade com a usurpação de prerrogativas da Casa e afirmou que quem aceita isso está traindo o voto dos seus eleitores, independente do partido.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada alertou os Líderes partidários sobre o Projeto de Lei do Estatuto do Nascituro, que restringe exceções para o aborto no Brasil. Ela destacou que a bancada feminina se opõe a este projeto, que representa um retrocesso nos direitos das mulheres. Também ressaltou que a maioria da população brasileira não deseja a revisão dos atuais casos de aborto, ao contrário de uma minoria do Parlamento que busca instrumentalizar a questão por razões ideológicas.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado encaminhou a votação, com vista à supressão, da Emenda nº 33 do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado encaminhou a votação, com vista à supressão, da Emenda nº 33 do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado apresentou questão de ordem solicitando à Presidência que seja observada a ordem dos trabalhos da presente sessão, em obediência aos arts. 114 e 160 do Regimento Interno.

Vicentinho Júnior (PP - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 33 do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, para fins de sua supressão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Lucio Mosquini (MDB - RO) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 33 do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, para fins de sua supressão.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 33 do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, para fins de sua supressão.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 33 do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, para fins de sua supressão.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 33 do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, para fins de sua supressão.

Delegado Éder Mauro (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 33 do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, para fins de sua supressão. Também contestou pronunciamento de Deputada esquerdista favorável ao aborto.

Maurício Carvalho (UNIÃO - RO) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 33 do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, para fins de sua supressão.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 33 do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País, para fins de sua supressão.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado fez um alerta aos Deputados do Maranhão, esclarecendo o equívoco do posicionamento da maioria da bancada do Estado na votação de requerimento para supressão da Emenda nº 33 do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que institui o marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País. Argumentou que o Maranhão pertence à Região Nordeste e enfatizou que essa ação prejudica o Estado, retirando a oportunidade de 181 municípios disputarem um recurso de 124 bilhões de reais em favor de uma disputa de 8 bilhões de reais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado apresentou questão de ordem alegando que, nos termos do art. 117 do Regimento Interno, o requerimento de retirada de pauta depende de deliberação do Plenário, não cabendo deliberação de ofício pelo Presidente da Casa. Desse modo, solicitou que fosse deliberado o requerimento de retirada de pauta do Partido NOVO, ou alternativamente, fosse igualmente retirado o Projeto de Lei nº 5.497, de 2019.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado apresentou questão de ordem solicitando à Presidência que deliberasse imediatamente sobre as questões de ordem formuladas na presente sessão, com base nos artigos 17 e 114 do Regimento Interno.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, sobre alteração da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, sobre alteração da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, sobre alteração da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Guilherme Boulos (PSOL - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, sobre alteração da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, sobre alteração da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, sobre alteração da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Delegado Éder Mauro (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, sobre alteração da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, sobre alteração da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, sobre alteração da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, sobre alteração da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado expressou preocupação com as dificuldades criadas pelas vazantes dos rios do Estado do Amazonas em 2023. Alertou sobre a ameaça iminente à oferta de gás da Bacia de Urucum pela PETROBRAS, vital para as termelétricas em Manaus. Enfatizou que milhares de amazonenses estão isolados, sem acesso à água. Informou que prefeitos da região se reuniram com a Defesa Civil e o Ministro Padilha para buscar soluções. Agradeceu a atenção do Ministro da Pesca, André de Paula, por tratar da situação dos pescadores do Amazonas nesse momento de crise hídrica. Informou sobre a ida do Vice-Presidente Geraldo Alckmin a Manaus para anunciar ações do Governo Federal. Pediu ação conjunta do Governo Federal, Governo Estadual e prefeituras para fornecer ajuda humanitária, garantir acesso a alimentos e água potável e apoiar os habitantes da floresta, essenciais para a sustentabilidade da região. Solicitou a suplementação de recursos para saúde, cota para o Programa de Aquisição de Alimentos, escalonamento de dívidas para agricultores familiares,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

antecipação do Bolsa Família e pagamento antecipado do Seguro Defeso, enfatizando que essas medidas são cruciais para aliviar a situação crítica enfrentada pelos cidadãos do Amazonas.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado formulou questão de ordem sobre dispositivo regimental que trata da necessidade da presença nos debates de pelo menos um décimo do número total de deputados. Em seguida, solicitou à Presidência o encerramento da sessão em face da ausência do número mínimo de parlamentares interessados em debater a matéria.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras. O orador enfatizou que o descumprimento do Regimento Interno pela Presidência era mais um motivo para a obstrução das votações.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado afirmou que o tema em debate, a valorização do cinema brasileiro nas salas de exibição, transcendia as disputas entre Governo e Oposição. Defendeu a luta pela arte brasileira frente à arte norte-americana e à arte cinematográfica internacional.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Natália Bonavides (PT - RN) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada emitiu parecer às Emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado formulou questão de ordem para que se cumpra dispositivo regimental relativo ao aguardo do prazo de 10 minutos, para análise do parecer com alterações do texto da matéria, antes de iniciar o processo de votação.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou o requerimento de adiamento da votação, por uma sessão, do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação, por uma sessão, do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação, por uma sessão, do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação, por uma sessão, do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Mendonça Filho (UNIÃO - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação, por uma sessão, do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação, por uma sessão, do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras, ressalvados os destaques.

Raimundo Santos (PSD - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras, ressalvados os destaques.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras, ressalvados os destaques.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras, ressalvados os destaques.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras, ressalvados os destaques.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras, ressalvados os destaques.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras, ressalvados os destaques.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado contestou discursos de parlamentares acerca da criação de uma cota de exibição para o cinema brasileiro em detrimento da conquista de público por competência e qualidade do produto nacional.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras, ressalvados os destaques.

Mendonça Filho (UNIÃO - PE) - O Deputado encaminhou a votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Renildo Calheiros (PCdoB - PE) - O Deputado parabenizou o ex-Deputado Marcelo Calero e a Deputada Jandira Feghali, respectivamente, autor e Relatora do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sobre o estabelecimento dos princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras. Enfatizou a importância da matéria para o cinema brasileiro e manifestou expectativa de sua aprovação pelo Senado Federal. O orador parabenizou a Casa pelo debate e votação do projeto de lei.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado discorreu sobre a produção agropecuária no Estado do Acre, com números crescentes ano a ano. Destacou que o momento indica oportunidade e exige atenção do Governo do Estado e do Governo Federal para garantir mais crédito e facilidades ao produtor rural. Diante dessa exposição, anunciou a apresentação do Projeto de Lei nº 1.513, de 2023, que suspende, por 36 meses, o pagamento de financiamentos obtidos no âmbito dos programas de crédito rural. O orador esclareceu que a matéria visa retirar o peso de dívidas do agropecuarista e valorizar o setor no Acre.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado comemorou os seis anos de serviços da Casa da Mulher Brasileira no Maranhão, destacando sua importância no combate à violência de gênero. Destacou que a instituição oferece esperança a mais de 360 mil mulheres e realizou 20 mil acolhimentos apenas nos primeiros oito meses de 2023. Esclareceu que, além do suporte imediato, a Casa proporciona capacitações para autonomia econômica, quebrando o ciclo de violência. Homenageou as mulheres envolvidas e agradeceu ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Governador Carlos Brandão pelo apoio. O orador reiterou o compromisso com a proteção das mulheres e a promoção da igualdade de gênero, elogiando a Casa da Mulher Brasileira como exemplo inspirador de união de esforços para fazer a diferença na vida das pessoas.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado discorreu sobre a grave situação da presença do crime organizado no Rio de Janeiro. Ressaltou que a insegurança causada pelo crime afeta não apenas o Estado, mas também a imagem do Brasil no exterior. Criticou a falta de cooperação eficaz entre as forças de segurança federal e estadual. Enfatizou a necessidade de ações imediatas, estratégias inteligentes e integração entre os diferentes níveis governamentais. Além disso, destacou que combater o crime organizado requer investimentos em educação, emprego e infraestrutura para as comunidades carentes, criticando a falta de atenção do Governo Federal a essas áreas. O orador ressaltou que o Rio de Janeiro merece paz, segurança e uma chance de viver sem medo, pedindo uma ação decidida e consistente do Governo Federal para enfrentar a criminalidade.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado discorreu sobre a urgente necessidade de repensar, estrategicamente, a Zona Franca de Manaus (ZFM). Destacando seu papel crucial para a Região Norte e a necessidade de não vê-la apenas do ponto de vista econômico ou fiscal. Ressaltou que a ZFM é uma política pública de Estado, essencial para a preservação da Amazônia e para a qualidade de vida das regiões abastecidas por suas atividades. Enfatizou que a região amazônica contribui significativamente para o País e que a ZFM deve ser vista como parte da solução para o desenvolvimento nacional. Criticou a falta de investimento em infraestrutura na região, chamando a atenção para a necessidade de uma discussão ampla e colaborativa envolvendo diversos setores, incluindo a indústria, a academia e os governos locais, para encontrar alternativas que garantam a continuidade do modelo de desenvolvimento atual. O orador colocou o seu mandato à disposição do debate sobre os desafios da Zona Franca de Manaus.

Max Lemos (PDT - RJ) - O Deputado destacou a importância da campanha mundial Outubro Rosa, que visa conscientizar sobre o câncer de mama. Esclareceu que a campanha começou nos Estados Unidos na década de 1990, usando laços cor-de-rosa como símbolo, representando feminilidade e esperança. Ressaltou que objetivo principal é alertar as mulheres sobre a detecção precoce do câncer de mama, incentivando mamografias regulares e autoexames, como também arrecadar fundos para pesquisa, apoio a pacientes e suas famílias e promover políticas de saúde para melhorar o acesso aos cuidados. Informou que no mês de outubro, prédios e monumentos são iluminados de rosa em várias cidades ao redor do mundo. O orador convidou todos a participar do Outubro Rosa, vestindo rosa, compartilhando informações e apoiando organizações que lutam contra o câncer de mama, enfatizando que juntos podem fazer a diferença e salvar vidas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 192.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 03/10/2023

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou o Dia Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias. Destacou a importância dessas duas categorias profissionais na área de saúde do Brasil. Ressaltou que esses agentes são a linha de frente do Sistema Único de Saúde por estabelecerem relações de confiança com as comunidades. Além disso, desempenham papel crucial na prevenção e combate de doenças infecciosas, muitas vezes em condições arriscadas. Esclareceu que as duas categorias foram reconhecidas e apoiadas pelos parlamentares, resultando em legislação que garante direitos essenciais como remuneração digna, segurança, capacitação e previdência. A oradora elogiou o trabalho desses profissionais e se comprometeu a apoiar as demandas futuras, especialmente a regulamentação da aposentadoria, expressando seu compromisso com a saúde pública e o bem-estar do povo brasileiro.

Gilvan Maximo (REPUBLICANOS - DF) - O Deputado destacou a publicação do edital pelo Governo do Distrito Federal (GDF) destinando R\$ 12 milhões para organizações da sociedade civil interessadas em realizar as festas de fim de ano em Brasília, sob o nome Réveillon Cidade Luz, a ser organizado pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa. No contexto do mês de outubro, dedicado à prevenção do câncer de mama, ressaltou a importância da campanha Outubro Rosa, criada para compartilhar informações e conscientizar sobre o câncer de mama, que afeta significativamente as mulheres. Informou que o Instituto Nacional de Câncer (INCA) estima um alto número de novos casos de câncer de mama no Distrito Federal. Destacou a sanção pelo Governador Ibaneis Rocha da Lei nº 7.237, de 2023, que prioriza exames de mamografia na rede pública de saúde para mulheres acima de 40 anos ou com histórico familiar da doença. O orador também expressou condolências à família de Ariel Santos Marques, um trabalhador vítima de um trágico assalto, e manifestou expectativa de que a Polícia Civil do Distrito Federal resolva o caso e capture os responsáveis pelo crime.

ENCERRAMENTO